

16 AGO 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

O governo e a barbarização do ensino

Há muito tempo vimos, nas mais diversas oportunidades, denunciando o processo de ideologização, de cunho nitidamente marxista-leninista (e ainda por cima berrantemente simplificado), em curso no ensino brasileiro, em todos os seus níveis, da pré-escola à universidade.

Mais especificamente, desde abril último, alertamos para o trabalho metódico, sistemático, que se vem desenvolvendo particularmente em São Paulo e Minas Gerais (trabalho que, certamente, estará também em curso em outras unidades da federação), sob o patrocínio de órgãos que ocupam posições-chave nas Secretarias da Educação dos dois Estados, e destinado, sem o menor disfarce, a efetuar uma autêntica "lavagem cerebral" em crianças e adolescentes, arregimentando-os para a cruzada totalitária em prol da liquidação da frágil democracia liberal que os espíritos mais lúcidos querem ver, finalmente, desabrochar no Brasil, a fim de que nosso país se eleve completamente à civilização e passe a integrar o "Primeiro Mundo".

Em Minas Gerais, o órgão encarregado desse trabalho de sapa das instituições características do mundo Ocidental foi a "Superintendência Educacional" da Secretaria da Educação do Estado, conforme mostrávamos, examinando as absurdas propostas para o ensino de História, no 1º e 2º grau, em editorial publicado em 12 de abril, sem que houvesse, obviamente, qualquer tentativa de resposta, justificação ou explicação de quem quer que seja. Obviamente, dizemos, porque aos ideólogos do marxismo-leninismo tupiniquim não interessa, de modo algum, discutir ou tentar defender racionalmente, com base em fatos e em idéias (que são outra coisa que ideologias) as

suas posições arcaico-dogmáticas: o que querem é *catequizar* aqueles que não têm, ainda, recursos intelectuais suficientes, como é o caso das crianças e da imensa maioria dos adolescentes, para perceber que o que lhes ensinam é inteiramente falso e que eles estão sendo literalmente *usados, manipulados*, tratados não como *pessoas*, mas como meros *instrumentos*, eventualmente descartáveis, para servir a uma visão estreita, falsificada e odienta, sobretudo odienta, da História e das relações humanas.

Em São Paulo, trabalho semelhante foi executado pela Coordenação Estadual de Normas Pedagógicas (Cenp), órgão que, em governos passados, especialmente no tempo do governador Paulo Egydio, quando era secretário da Educação, o sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira chegou a desempenhar um papel altamente positivo no esforço de melhorar o ensino paulista. Diga-se a bem da verdade que no governo, que não deixou saudades, do sr. Paulo Maluf, a Cenp foi dos raros órgãos não atingidos pelo "vendaval malufista", continuando, sob a mesma direção do governo anterior, a prestar os mesmos serviços que a tornaram merecedora de encômios. Já no governo Montoro o órgão foi sensivelmente alterado para pior, começando a desenvolver-se nele o trabalho que se completou no atual governo, com a proposta de reforma curricular que tivemos oportunidade de denunciar — pois que tal proposta merece muito mais uma denúncia do que um exame — em editorial publicado no dia 2 último, sob o título *A barbarização ideológica do ensino*. Não fomos, aliás, os únicos a denunciar esse atentado contra o ensino, contra a liberdade, contra a cultura,

contra a Ciência. Outros jornais, a começar do *Jornal da Tarde*, também se manifestaram a respeito e nenhum encontrou na ominosa proposta qualquer aspecto positivo, que a justificasse em alguma de suas partes. No editorial a que nos referimos, citávamos a frase de uma professora lúcida, que foi obrigada, naturalmente, a participar dos encontros organizados pela Secretaria da Educação, com o objetivo de "enquadrar" os docentes, submetendo-os ao "espírito" (?) da nefanda "reforma curricular". Dizia essa professora, resumindo o miserável conteúdo da proposta: "Da História, tiraram os heróis; da Matemática, a tabuada; e, da Língua Portuguesa, a Gramática". Poder-se-ia acrescentar que da Ciência tiraram o caráter científico, substituindo-o por um palavreiro pseudo-sociológico, em que o importante não são mais as teorias científicas, mas o "contexto" social (interpretado, sempre, segundo o marxismo-leninismo na sua versão mais primária que, confessada ou não, é a dos *Fundamentos do Leninismo* de Joseph Djougachvili, também conhecido por Stalin ou, no tempo em que praticara assaltos para obter fundos para o Partido, "Koba"). O mesmo se diga da Geografia. E tudo isso conjugado à "promoção automática" que fará da escola, quando ela não estiver desempenhando o seu papel catequético-ideológico, um lugar onde ninguém conseguirá aprender absolutamente nada que lhe sirva para qualquer coisa de alguma seriedade, por pequena que seja.

Os professores foram reunidos, o secretário da Educação (que declarou, desde antes de sua posse, que estava na secretaria para fazer política, pois que de Educação não entendia) não se pronunciou a respeito do

"mérito" da nefanda reforma e o governador, ao que se saiba, não tomou também, apesar de todas as denúncias, qualquer atitude a respeito, pelo menos de forma pública e definida.

Ora, a opinião pública, a imprensa, os pais de alunos estão todos à espera de alguma manifestação das autoridades competentes (?); todos querem saber o que vai acontecer com a nossa já raquítica escola pública de 1º e 2º graus, se realmente ela vai ser, com a conivência do governo, posta a serviço de uma ideologia desagregadora, cujos adeptos apostam sistematicamente no atraso nacional e nas dificuldades do País, a fim de que tenham a possibilidade de vir a tomar o poder, para transformar-nos numa Cuba ou numa Nicarágua, condenados inexoravelmente ao universo arcaico que o regime comunista se esforça, por toda parte onde triunfa, em instaurar.

Afinal, essa reforma ideológica contra a escola, concebida como local de verdadeira formação e aprendizado, irá mesmo ser implantada, "fazendo a cabeça" das nossas crianças? Que direito tem uma súcia de ideólogos intelectualmente mal formados de utilizar a escola para propagar o seu primarismo intelectual? Não é possível que se assista sem reação a essa barbaridade e a essa barbarização. O que têm a dizer sobre o assunto os governadores de São Paulo e de Minas Gerais? Ou, ocupados exclusivamente com os seus interesses e as suas "carreiras" políticas, não terão ainda conseguido compreender que esse é um assunto da maior importância, pois que põe em jogo o próprio destino do País? A opinião pública espera uma resposta que os citados políticos lhe estão devendo.